

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 1, DE 2007 – CD, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS, CONSEQÜÊNCIAS E RESPONSÁVEIS PELA CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO BRASILEIRO, CHAMADA DE “APAGÃO AÉREO”, DESENCADEADA APÓS O ACIDENTE AÉREO OCORRIDO NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2006, ENVOLVENDO UM BOEING 737-800, DA GOL (VÔO 1907) E UM JATO LEGACY, DA AMÉRICA EXCELAIRE, COM MAIS DE UMA CENTENA DE VÍTIMAS

**REQUERIMENTO Nº DE 2007
(Do Sr. Vanderlei Macris)**

Requer informações à Casa Civil da Presidência da República relativas a Parecer sobre as Diretrizes da Política de Aviação Civil, de 2003.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei n.º 1.579, de 18 de março de 1952, e na forma do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja solicitada à Casa Civil da Presidência da República cópia do inteiro teor de parecer sobre as Diretrizes da Política de Aviação Civil, enviado em outubro de 2003 à Presidência da República, pelo então Ministro da Defesa José Viegas.

JUSTIFICAÇÃO

As informações solicitadas tornam-se imperiosas para esclarecer fatos delituosos, objeto desta CPI, em especial as investigações das circunstâncias que envolveram o acidente do Boeing da Gol com o jato Legacy da America ExcelAire, ocorrido em 29 de setembro de 2006, e que resultou na morte de 154 pessoas, incluindo cópias do inteiro teor dos referidos “relatórios de perigo”.

Passados mais de sete meses desde o acidente, é fundamental para os trabalhos desta Comissão e para a solução da crise aérea o conhecimento das circunstâncias que culminaram no choque das aeronaves.

O Jornal Correio Braziliense, de 2/11/2006, publicou notícia sob o título “Governo foi avisado em 2003”. Diz a notícia:

“Ministro da Defesa, José Viegas alertou o Planalto há três anos que o sistema corria risco de colapso, caso investimentos não fossem feitos. Mas Fazenda decidiu reduzir gastos, apesar de a receita ter aumentado

O “apagão” pelo qual os aeroportos brasileiros estão passando desde a última sexta-feira, com atrasos em centenas de vôos, foi previsto em 2003. Naquele ano, em um parecer de 20 páginas, o então ministro da Defesa José Viegas alertou o Palácio do Planalto que a falta de investimentos na segurança de vôo causaria uma sobrecarga no sistema de controle de tráfego aéreo. E ameaçou: “A diminuição dos recursos (...) pode obrigar o Comando da Aeronáutica, por medida de segurança, a adotar um controle de tráfego aéreo nos níveis convencionais existentes no passado”. Os “níveis convencionais” a que se referia Viegas são da época em que o controle de vôo era feito sem o uso de radares. Ou seja, o intervalo entre pousos e decolagens era superior ao adotado atualmente e os atrasos teriam maior duração.

A reclamação dos militares era pela liberação de recursos. Em 2003, o governo federal investiu R\$ 382 milhões dos R\$ 455 milhões previstos no programa de Proteção ao Vôo e Segurança do Tráfego Aéreo. Três anos depois, a situação piorou. Até a última semana, apenas 53% do orçamento para as mesmas atividades — um total de R\$ 531,6 milhões — havia sido executado, segundo levantamento da organização não-governamental Contas Abertas (www.contasabertas.com.br), publicado pelo Correio na edição de 6 de outubro. Para atualização dos equipamentos, o gasto foi ainda mais baixo: 36% dos R\$ 163 milhões destinados no orçamento deste ano.

O dinheiro deveria ser utilizado na modernização e na manutenção do sistema de controle de tráfego aéreo. Esta é uma das principais reclamações dos controladores de vôo que, desde a última semana, decidiram rever as normas de operação, provocando atrasos em pousos e decolagens. Eles querem pressionar o governo a melhorar as suas condições de trabalho. “O contingenciamento sistemático desses recursos vem produzindo dificuldades ao Comando da Aeronáutica, pois são recursos tarifários, arrecadados e destinados por lei a um fim específico”, aponta o documento. A baixa execução orçamentária já provocou reação no Congresso Nacional. O deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ) convocou audiência pública para discutir a crise aeroportuária.

Resolução

O parecer do Ministério da Defesa com o alerta para a falta de recursos serviu de base para uma resolução do Conselho Nacional de Aviação Civil (Conac), órgão criado para assessorar a Presidência da República na tomada de decisões sobre a área. A resolução, de apenas nove linhas, recomenda à Casa Civil a liberação dos recursos. Participam do Conac, além dos militares, cinco ministros de Estado, incluindo os titulares da Casa Civil e da Fazenda. Apesar da platéia privilegiada, o apelo foi em vão. (...)”

Sala da Comissão, 08 de maio de 2007.

Deputado VANDERLEI MACRIS